

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

<b>DISCIPLINA:</b> PSICOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES
<b>RESUMO</b>
O aprofundamento do conceito e definição de ciência não é o propósito desta disciplina, mas para o melhor encadeamento de ideias e padronização de conceitos que serão úteis no decorrer dos capítulos, falaremos da visão comum de ciência e como a psicologia tornou-se um campo de estudo científico.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO ABORDAGENS DA PSICOLOGIA TEORIAS PSICOLÓGICAS A PSICOLOGIA E OS PROCESSOS DE TRABALHO ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO PROCESSOS ORGANIZACIONAIS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E PSICOLOGIA DO TRABALHO
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO PERCEPÇÃO HUMANA ATITUDE E AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS A MOTIVAÇÃO HUMANA LIDERANÇA
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS A APRENDIZAGEM O PODER E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E A MUDANÇA
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO PERSONALIDADE CONHECIMENTO (CIÊNCIA) E AUTOCONHECIMENTO METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERFIL
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO SAÚDE NO TRABALHO

PSICOSSOMÁTICA  
ESTRESSE  
DOENÇAS CRÔNICAS RELACIONADAS AO TRABALHO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). 3. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Livro 2.
- CHIBENI, S. S. O que é ciência? 2006. Notas de aula. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf> Acesso em: 16 jul. 2019.
- GAZZANIGA, M. Ciência psicológica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

**DISCIPLINA:**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS DIFERENTES NÍVEIS E  
MODALIDADES DE ENSINO

**RESUMO**

Nas últimas décadas, o direito de todos à educação vem sendo debatido de forma integral. Isso quer dizer que o sistema educacional, estratégias metodológicas e ações educacionais estão sendo revistas e atualizadas. Uma das principais mudanças é o foco na inclusão escolar. Veremos todos os contextos e abordagens referentes ao atendimento educacional especializado nos diferentes níveis e modalidades de ensino nesta disciplina.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
INCLUSÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS COMUM E ESPECIAL: O PAPEL DO PROFESSOR  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA INCLUSIVA: AÇÕES COLABORATIVAS  
EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM MEDIADA  
METODOLOGIAS EXPOSITIVA E DIALÉTICA  
METODOLOGIAS ATIVAS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES  
HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E CONVENÇÕES MUNDIAIS: INCLUSÃO ESCOLAR  
DIRETRIZES EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL  
ASPECTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 2011-2020  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

O PAPEL DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: MATERIAIS  
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: AVALIAÇÃO  
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O PLANO DE  
ATENDIMENTO  
ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS: ATENDIMENTO  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
INTELLECTUAL  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SURDEZ  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL E BAIXA VISÃO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM  
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM  
RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E  
AUMENTATIVA  
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS  
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM ALTAS  
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO  
MATERIAL DIDÁTICO: ALUNOS COM SURDOCEGUEIRA  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO  
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DA DEFICIÊNCIA  
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ÁREA DOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO  
DESENVOLVIMENTO  
AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO  
PLANEJAMENTO NA FLEXIBILIZAÇÃO: METODOLÓGICA, AVALIATIVA E/OU  
CURRICULAR  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ARAÚJO, S.; ALMEIDA, M. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.
- BENITEZ, P., DOMENICONI, C. Consultoria colaborativa: estratégias para o ensino de leitura e escrita. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 18, n. 3, p. 141-155, 2016.
- FEUERSTEIN, R.; RAND, Y; FEUERSTEIN, R. S. You love me! Don't accept as I am. Jerusalem: ICELP, 2006.

**DISCIPLINA:**

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E A JUVENTUDE MARCOS REGULATÓRIOS DO ECA

**RESUMO**

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989

CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS

PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

A DOUTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES

PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE

PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE

OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA

A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- FERREIRA, L. A.; DOI, C. T. A proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas. Ministério Público do Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1222.html>. Acesso em: 2 jan. 2019.

**DISCIPLINA:**

TEMAS CONTEMPORÂNEOS: DA DIVERSIDADE DE GÊNERO À FAIXA GERACIONAL

**RESUMO**

A disciplina aborda com mais amplitude os temas de diversidade, diferença, e questões culturais e sociais contemporâneas, como gênero, sexualidade, relações raciais e étnicas, relações etárias e geracionais e educação especial. Tais questões estão no centro de muitos debates atuais. Pensar as diferenças a partir de uma perspectiva plural é fundamental para todos (as) que se debruçaram a estudar qualquer área das humanidades.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

CONCEITUAR A DIVERSIDADE  
OS DEBATES DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO  
ESTABELECIDOS E EXCLUÍDOS – SITUANDO A DIFERENÇA  
ENTENDENDO ALTERIDADE, DIVERSIDADE, DIFERENÇA E CULTURA  
DIVERSIDADE NA LDBEN

#### **AULA 2**

O QUE É GÊNERO?  
O QUE É SEXUALIDADE?  
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO  
GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA  
CONQUISTAS PARA O FUTURO

#### **AULA 3**

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL  
AS DIFERENTES RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO  
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SALA DE AULA  
CONQUISTAS PARA O FUTURO

#### **AULA 4**

QUESTÕES DE CLASSE E DE STATUS  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL  
CAMPO E CIDADE  
CURRÍCULOS E PROJETO PEDAGÓGICO  
CULTURA E AS DIFERENÇAS DE CLASSE

#### **AULA 5**

EDUCAÇÃO ESPECIAL  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)  
DIFERENÇAS GERACIONAIS  
POLÍTICAS DE INCLUSÃO  
A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

**AULA 6**

REPENSANDO A DIVERSIDADE  
RELACIONAR OS TEMAS  
DISCRIMINAÇÃO E EDUCAÇÃO  
BULLYING E O ESPAÇO ESCOLAR  
A ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

**BIBLIOGRAFIAS**

- CORREA, R.L.T. Cultura e Diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- MICHALISZYN, M.S. Educação e diversidade. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- PAULA, C.R. Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: InterSaberes, 2013.

**DISCIPLINA:**

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

**RESUMO**

Os movimentos sociais como organizações coletivas cujo objetivo é a defesa e luta por direitos humanos, sociais, civis, políticos, culturais etc. surgem a partir de conflitos inerentes à implantação e desenvolvimento da sociedade capitalista e a sociedade civil. Aqui é importante ter claro que quando nos referimos à sociedade capitalista, estamos falando também do Estado, de toda a estrutura que o compõe, ou seja, dos poderes executivo, legislativo, judiciário e seus órgãos representativos. Mas, afinal, o que são movimentos sociais? Durante toda esta disciplina, iremos debater assuntos que nos levam à compreensão dos conceitos a eles associados com base em diversos teóricos, mas é importante já termos em mente uma breve definição a seu respeito. Por movimentos sociais entende-se a união de um coletivo social organizado a partir de objetivos comuns para realizar ações estratégicas como forma de defender/lutar por uma causa, como a luta pela moradia ou pela reforma agrária. Outro ponto significativo a ser considerado é a dimensão de classe social, ou seja, com qual classe social determinado movimento social se identifica. Baseado nesses breves conceitos, podemos então perguntar: qual é a relação entre Serviço Social e movimentos sociais? Entender essa relação, assim como a importância de estudar os movimentos sociais para a formação do(a) futuro(a) Assistente Social, exige que falemos um pouco sobre o posicionamento ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

POR QUE COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS?

PRECISAMOS COMPREENDER A SOCIEDADE CAPITALISTA  
SOBRE O PAPEL DO ESTADO COMO REGULADOR DA VIDA SOCIAL  
PRECISAMOS ENTENDER A “QUESTÃO SOCIAL”  
LUTAS DE CLASSES E LUTAS SOCIAIS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

MOVIMENTOS SOCIAIS E REVOLUÇÃO



MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFINIÇÕES

DIFERENÇA ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO

CLASSES SOCIAIS E SUJEITOS DE TRANSFORMAÇÃO

EMANCIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 3**

A BUSCA POR UM POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

A RUPTURA COM A HERANÇA CONSERVADORA NO SERVIÇO SOCIAL

COMO O SERVIÇO SOCIAL CONTRIBUI PARA AS LUTAS SOCIAIS

TERCEIRO SETOR COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O FORTALECIMENTO E A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 4**

ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A DEMOCRACIA

SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

ESTRATÉGIAS DE APOIO E AÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

SERVIÇO SOCIAL E ASSESSORIA AOS SETORES POPULARES

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 5**

DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR PÓS-ANOS 1990

O CARÁTER PEDAGÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM AS LUTAS SOCIAIS

O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO CONSTITUTIVA DA CLASSE TRABALHADORA

O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS HUMANOS

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO NEGRO E ANTIRRACISMO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 6**

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

A LUTA POR DIREITOS DO MOVIMENTO LGBTQIA+

A LUTA SOCIAL DO MTST

MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA – A UNMP

MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA: O MST

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

#### BIBLIOGRAFIAS

- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social de 1993. 10. ed. rev. e atual. Disponível em: [http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.
- FERNANDES, W. P.; AQUINO, A. E. C. Movimentos sociais: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortêz, 2011.

#### DISCIPLINA:

COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

#### RESUMO

A comunicação é uma condição essencial para nossa vida. Sem ela não há cooperação, motivação, gestão ou qualquer outra coisa que exija o mínimo de organização para ser feito. Qualquer relação e/ou interação humana é composta por uma rede de comunicação. Se a comunicação falha, uma parte da interação humana falha também. Diante disso, a disciplina Comunicação, Liderança e Relações Interpessoais, pretende transformar o acadêmico em um comunicador embasado e pronto para expor, de forma clara, os seus ideais. A boa comunicação vai muito além de falar bonito, com voz bem impostada e com uma dicção perfeita. Envolve o domínio de diversas técnicas e compreensão de inúmeros fatores que fazem parte da comunicação pessoal, que serão trabalhados ao longo dos materiais propostos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### AULA 1

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

##### AULA 2

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

##### AULA 3

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

##### AULA 4

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3

VÍDEO 4

**AULA 5**

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

**AULA 6**

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

**BIBLIOGRAFIAS**

- PINA E CUNHA, et al. Manual do Comportamento Organizacional e Gestão. 8. ed. Lisboa: RH Editora, 2016.
- AVOLIO, B. J.; MHATRE, K. H. Advances in theory and research on authentic leadership. In: CAMERON, K. S.; G. Spreitzer (Eds.). The Oxford handbook of positive organizational scholarship (p. 773-783). Oxford: Oxford University Press. 2012.
- REGO, A. Comunicação pessoal e organizacional: teoria e prática. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2013.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

**RESUMO**

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS

VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS

TENSÕES FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

## **AULA 2**

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS  
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS

AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS  
DIREITOS HUMANOS

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES  
SOCIOCULTURAIS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS  
HUMANOS EM VIENA (1993)

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

## **AULA 3**

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
(PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH

OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

## **AULA 4**

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS  
PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO  
EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA  
PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS  
PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM

DIREITOS HUMANOS POR BITTAR  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS  
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”  
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”  
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?  
AS TELAS E OUTROS APARATOS MÍDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA  
CULTURAL  
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO  
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO  
ESPETÁCULO?  
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO  
EM DIREITOS HUMANOS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ARENDT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS

**RESUMO**

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição

da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS

MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO

FACULTATIVO AO PACTO

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E

PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO

DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO

NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE TRATADOS

AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL

A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

**DISCIPLINA:**

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

**RESUMO**

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
O QUE É ÉTICA?  
FUNDAMENTOS DA ÉTICA  
ÉTICA NA HISTÓRIA  
ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO  
DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO  
DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO  
SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA  
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS  
DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE  
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONCEITOS DE CIDADANIA  
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA  
A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL  
EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS

IMIGRANTES E REFUGIADOS

POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO

INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

**RESUMO**

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES

CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO



TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS  
A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS

ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E

FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS

A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUIA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO

O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO

O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM  
CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM  
CONCLUINDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

**DISCIPLINA:**

PSICOLOGIA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

**RESUMO**

A área de comportamento organizacional tem sido cada vez mais levada em conta na hora de se estudar o funcionamento de uma organização e a maneira como esta desenvolve suas estratégias de atuação no mercado. Ao demonstrar que quem faz uma organização funcionar são as pessoas e não apenas os números, esta disciplina integra conceitos de administração e de psicologia para evidenciar como as pessoas – em grupo ou individualmente – podem influenciar seus ambientes de trabalho e, por consequência, seus resultados almejados.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONVERSA INICIAL

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO

ABORDAGENS DA PSICOLOGIA

CAMPOS DE ATUAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO DA PSICOLOGIA

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

A PSICOLOGIA E O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 2**

CONVERSA INICIAL

O INDIVÍDUO PARA A PSICOLOGIA

A IDENTIDADE

A PERSONALIDADE

OS SENTIDOS E A PERCEPÇÃO DO MUNDO QUE NOS CERCA

SENTIMENTO E COMPORTAMENTO HUMANO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 3**

CONVERSA INICIAL

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA O INDIVÍDUO

MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

INSATISFAÇÃO PROFISSIONAL

DIAGNÓSTICO DA INSATISFAÇÃO COM O TRABALHO

DOENÇAS PROFISSIONAIS

NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

CONVERSA INICIAL  
OS GRUPOS EM ORGANIZAÇÕES  
LIDERANÇAS EM ORGANIZAÇÕES  
CONFLITOS ORGANIZACIONAIS  
GRUPOS E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO  
GRUPOS E O PROCESSO DE FEEDBACK  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

CONVERSA INICIAL  
O QUE É COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL?  
COMPORTAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES  
CAMPOS DE ESTUDO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL  
PODER E POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES  
CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

CONVERSA INICIAL  
ADMINISTRAR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE CRISE  
ADMINISTRAR A DIVERSIDADE  
ORGANIZAÇÕES INTERCULTURAIS  
ESTÍMULO À INOVAÇÃO E MUDANÇA  
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- CAMPOS, Keli C de L. et al. Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica na última década. Scielo. Brasília. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932011000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932011000400004&script=sci_arttext). Acesso em: 07 ago. 2015. Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J. Borges-Andrade & W. Codo (Eds.), Trabalho, organizações e cultura (pp. 21-40). São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados.
- DORON, R.; PAROT, F. (orgs.) Psicologia Clínica. Dicionário de Psicologia. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.
- GOULART, Barbosa Iris. Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. Casa do Psicólogo, 1998. Disponível no endereço: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2015.

**DISCIPLINA:**

TOMADA DE DECISÃO E INTUIÇÃO

**RESUMO**

Nesta disciplina você conhecerá determinadas áreas em seus aspectos neurológicos e sociais. Vai ter acesso a estudos que sugerem que certas experiências conhecidas como

intuição talvez sejam parte de sua forma comum de funcionar no dia a dia, enquanto, em outras situações, expressam fenômenos não bem compreendidos pela ciência – e, por isso, chamados de anômalos. Verá como podemos nos enganar com uma simples decisão, e os atalhos que frequentemente tomamos ao decidir. Vai pensar sobre o papel da intuição no meio organizacional, em particular com relação ao empreendedorismo e à inovação. Vai, ainda, conhecer os resultados de estudos que se propuseram a treiná-la!

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

INTUIÇÃO

INTUIÇÃO E EMOÇÃO

INTUIÇÃO NÃO-LOCAL OU ANÔMALA (INTUIÇÃO-PSI)?

UMA ESTRUTURA INTEGRADA DE INTUIÇÃO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

PROCESSAMENTO NÃO CONSCIENTE E TOMADA DE DECISÃO: NOVAMENTE A INTUIÇÃO?

ASPECTOS NEUROLÓGICOS DA INTUIÇÃO

ASPECTOS SOCIAIS DA TOMADA DE DECISÃO

TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DO CONSUMO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

DISPONIBILIDADE, ERROS LÓGICOS, ÂNCORA

ENQUADRAMENTO E OTIMISMO

AVERSÃO A PERDAS, EFEITO DA AQUISIÇÃO E VIÉS DO STATUS QUO

CEGUEIRA PARA OS VIESES: O QUE FAZER?

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

SEU PAPEL NA ADMINISTRAÇÃO

ALGUMAS PESQUISAS SOBRE INTUIÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

OCUPAÇÕES DE RISCO

INTUIÇÃO NO ENSINO

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

A MENTE AMBIDESTRA

O EMPREENDEDOR INTUITIVO

PRONTIDÃO, EXPERTISE E CRIATIVIDADE

APLICANDO A INTUIÇÃO: VISÃO E VISIONAMENTO

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

MELHORAR A COMPETÊNCIA INTUITIVA?

INTUIÇÃO-PSI OU ANÔMALA: É POSSÍVEL TREINAR?

GRUPOS DE TREINAMENTO DE INTUIÇÃO-PSI  
NEUROLIDERANÇA INTEGRAL: O MODELO INLEAD

**BIBLIOGRAFIAS**

- BECHARA, A.; DAMÁSIO, A. The somatic marker hypothesis: A neural theory of economic decision. *Games and Economic Behavior*. n. 52, p. 336–372, 2005.
- CARDENÃ, E.; LYNN, S. J.; KRIPPNER, S. (Ed.). *Variedades da experiência anômala: análise das evidências científicas*. São Paulo: Atheneu, 2013.
- KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

